

Aos dezoito dias do mês de maio de 2018 as 11 horas reuniram na sede da prefeitura os conselheiros Ana, Luciano, Leandro, joao e Lairiane para deliberarem sobre a seguinte pauta: a) análise da folha de fevereiro, março e abril; b) calculo atuarial do rpps 2018; c) rentabilidade; d) sugestão de lei para regulamentar as pericias; e) criação de grupo para divulgação das atividades do rpps e f) assuntos gerais. Com relação ao item “a” temos os seguintes cenários: Prefeitura mês de fevereiro: Patronal: R\$ 54.413,29; Funcional: R\$ 38.027,52 Passivo: R\$ 34.397,07 rendimento: R\$ 39,644,18; Aposentadorias: R\$ 25.800,52 Pensão: R\$ 5.561,92 Auxilio Doença: R\$ 3.925,41; Maternidade: R\$ 2.086,23 Despesas administrativas: R\$ 2.084,69 Parcelamento: R\$ 7.365,96 Total mês: R\$ 7.867.368,55 Camara mês fevereiro: Patronal: R\$ 802,83 Funcional: R\$ 561,07; Passivo R\$ 507,51. Prefeitura mês de março: Patronal: R\$ 54.226,03 Funcional: R\$ 37.896,16 Passivo: R\$ 34.278,75; Aposentadorias: R\$ 25.800,52 Pensão: R\$ 5.561,92 Auxilio Doença: R\$ 3.925,41; Maternidade: R\$ 2.086,23 rendimento: R\$ 47.813,40 Despesas administrativas: R\$3.134.69 Parcelamento: R\$ 7.448,35 total mês: R\$ 8.139.088,38 Camara mês março: Patronal: R\$ 796,50; Funcional: R\$ 556,64 Passivo R\$ 503,50. Prefeitura mês de abril: Patronal: R\$ 58.454,38; Funcional: R\$ 40.851,21; Passivo: R\$ 36.951,82 rendimento: R\$ 39.416,90 Aposentadorias: R\$ 27.873,23 Pensão: R\$ 6.039,12 Auxilio Doença: R\$ 12.437,23. Despesas administrativas: R\$ 1.007,45 Parcelamento: R\$ 7.492,45 total mês: R\$ 8.137.711,59 Camara mês abril: Patronal: R\$ 875,34 Funcional: R\$ 611,74; Passivo R\$ 553,34. Com relação ao item “b” foi colocado que o mesmo esta sendo elaborado e que por motivos de intervenção do poder executivo na escolha da empresa que deveria realizar o calculo o mesmo ainda não foi feito e que ontem a empresa que esta fazendo o calculo pediu mais umas informações sobre as despesas registradas na contabilidade as quais já foram solicitadas ao contador. Também nesse ponto foi colocado que não devemos deixar que as interferências do poder executivo atrapalhem o desempenho e efetividade dos trabalhos realizados pelos conselheiros do rpps. Com relação ao item “c” foi colocada da preocupação com relação a rentabilidade dos rpps de todos os municípios, pois de acordo com o COPOM a taxa Selic foi mais uma vez fixada em 6,5% o que nos da um horizonte de que os rendimentos não vão melhoras, mas foi deixado bem claro que estamos atingindo a meta, IPCA + 6%, sem problema algum. Além disso, foi colocado que não vamos fazer nenhuma mudança na aplicação dos fundos e que vamos deixar como está, embora alguns fundos tenham se mostrado pouco rentáveis. Com relação ao item “d” foi colocado da necessidade de regulamentar as pericias sendo colocado pela conselheira Lairiane que o IGAM ira propor uma reforma tanto no regime jurídico como na lei do RPPS para que possamos nos adequar com relação a algumas questões que estão divergentes e que essa questão das pericias o melhor a se fazer é, em vez de pagar um absurdo para empresas privas, é valorizar servidores do quadro de médicos para se criar uma junta medica para atuar nas pericias dos servidores do município, pois nossa lei já prevê que as avaliações devem ser feitas por uma junta

CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE DILERMANDO DE AGUIAR / RS
medica do município. Também foi colocada que a perícia que é feita hoje nada mais é que uma afirmação dos atestados médicos especialistas do paciente e que isso não serve para nada. Com relação ao item “e’ foi sugerido que os servidores sejam avisados de que em determinado dia será publicado no mural informações sobre o rpps e que não vamos criar nenhum grupo no watts por que quando se trata de dinheiro, os comentários são bastante variados e inconvenientes as vezes. Nos assuntos gerais foi colocado pela conselheira Ana que devemos verificar as irregularidades constantes no fundo para providencias o Certificação de regularidade que estamos sem no momento. Além disso colocou que falhas como pagamento da folha sem empenho não devem acontecer, embora esse fato tenha ocorrido por conta da implantação do novo sistema o que vem causando alguns transtornos de configuração. Além disso a conselheira Ana destacou que todos os pagamentos feitos pelo fundo devem ser informados a ela para que possa ser feito os lançamentos devidos na contabilidade e tesouraria. Com relação as irregularidades o presidente colocou que todas devem ser sanadas junto a empresa que presta assessoria para que seja emitido o certificado de regularidade e que semana que vem irá realizar a prova para a certificação. Além disso foi colocado que está sendo feita nova licitação para a contratação de nova empresa para prestar assessoria técnica ao rpps, pois a atual IDAF tem contrato até o dia 20 de junho de 2018. Nada mais havendo a tratar eu Luicano Saidelles Rossi lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais membros do Comite.